

CONTRATO CEDAE N.º 108 /2019 (DSG)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **JIT SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, doravante denominada **CEDAE**, e a **JIT SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA.**, sediada na Rua dos Romeiros, nº 186, sala 302, Penha, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21.070-090, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.473.681/0001-69, neste ato por meio de sua Sócia Administradora, ao final assinada, Srª CRISSAMAR TRAVESSA, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 03.855.244-4, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob n. 459.400.027-49, residente e domiciliada na Avenida Vicente de Carvalho, nº 1179, bloco 03, apto 202, Vila da Penha, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21.210-153, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no Processo Administrativo **E-07/100.249/2019**, mediante **Pregão Eletrônico nº 624/2019**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de cabo de cobre unipolar - seção transversal 300 mm² - 8,7/15 kV, conforme Termo de Referência, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (M)
01	CABO DE COBRE UNIPOLAR – SEÇÃO TRANSVERSAL 300 mm ² - 8,7/15 KV.	3.720

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega será de até **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de prazo formalizada por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**;
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**; e
- J) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento integral, tipo menor preço unitário, pelo preço de **R\$ 566.853,60 (quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (M)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	-----------	---------------	-------------------	-------------

01	CABO DE COBRE UNIPOLAR – SEÇÃO TRANSVERSAL 300 mm ² - 8,7/15 KV.	3.720	R\$ 152,38	R\$ 566.853,60
VALOR TOTAL				R\$ 566.853,60

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903010
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DG00010000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000809

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme cronograma físico financeiro inserido à fls. 354 do processo administrativo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e

juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

Não será admitido reajuste ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada a **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III – decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

PARÁGRAFO QUINTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO NONO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da CEDAE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS "E" nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013

(conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2019.

Pela **CEDAE**:



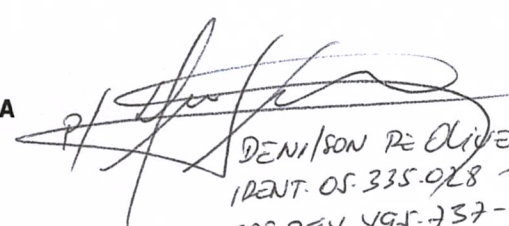
JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores



MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:

CRISSAMAR TRAVESSA
Sócia Administradora



DENILSON DE OLIVEIRA
IDENT. OS. 335.028-6
CPF 794.495.737-00

TESTEMUNHAS:

contr-JIT-SERVIÇOS-E-COMERCIO-aquisição-de-cabo-de-cobre-unipolar-PE-624-2019-VBO

EXONERAR JOSÉ ANTONIO GONÇALVES PINTO, ID FUNCIONAL Nº 2826246-8, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria Administrativa, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº SEI-10/005/001416/2019.

Nomear ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA FILHO para exercer o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Coordenadoria Administrativa, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por José Antonio Gonçalves Pinto, ID Funcional nº 2826246-8. Processo nº SEI-10/005/001416/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 24 de setembro de 2019, **FERNANDA DA SILVA FERREIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5098084-0, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/026/006284/2019.

EXONERAR JAINA BITENCOURT FAGUNDES FREITAS, ID FUNCIONAL Nº 5093464-3, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/026/003110/2019.

Nomear LEANDRO DE SOUZA FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Jaina Bitencourt Fagundes Freitas, ID Funcional nº 5093464-3. Processo nº SEI-07/026/003110/2019.

Nomear DOUGLAS MODESTO EVANGELISTA para exercer, com validade a contar de 19 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Rodrigo dos Santos Vizinho. Processo nº SEI-02/007/001158/2019.

Nomear LETICIA CAROLINE SANTOS DIAS para exercer, com validade a contar de 13 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Fernando da Silva Soares. Processo nº SEI-02/007/001043/2019.

Nomear EVANDRO GOMES MACHADO para exercer, com validade a contar de 19 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Adriano João Pereira. Processo nº SEI-02/007/001157/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 18 de setembro de 2019, **TIAGO DE OLIVEIRA SOUSA** do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-02/007/001129/2019.

Nomear WILLIAN LESSA SANTOS para exercer, com validade a contar de 16 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Ilamar Bezerra Rodrigues. Processo nº SEI-02/007/001107/2019.

Nomear DAVID VENTURA FREIRE para exercer, com validade a contar de 16 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Grazielle Damienne Ribeiro. Processo nº SEI-02/007/001108/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 30 de setembro de 2019, **LETICIA ISABEL BARROS SIGNORELLI DE ANDRADE**, ID FUNCIONAL Nº 4441327-0, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-19/007/001046/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 23 de setembro de 2019, **MAURICIO FIDELIS DA SILVA MOREIRA** do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado das Cidades. Processo nº SEI-33/018/001224/2019.

DE 23 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007.

RESOLVE:

EXONERAR REGINALDO BRAGA DA CRUZ, ID FUNCIONAL Nº 4373584-3, do cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DAI-1 (Programa Barreira Fiscal), da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais. Processo nº SEI-15/001/0271918/2019.

Nomear HELIO OLIVEIRA CRUZ FILHO para exercer o cargo em comissão de Adjunto I, símbolo DAI-1 (Programa Barreira Fiscal), da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Reginaldo Braga da Cruz, ID Funcional Nº 4373584-3. Processo nº SEI-15/001/0271918/2019.

*Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 24/09/2019.

Id: 2210170

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/371/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 2019, página 04, 2ª coluna, quanto à lotação do servidor **FABIO ROCHA DOS SANTOS**, ID Funcional nº 2205975-0, para a Coordenadoria Institucional de Segurança, a contar de 01.04.2019.

PROCESSO Nº E-12/207/1380/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 04 de setembro de 2019, página 4, 2ª coluna: Onde se lê: **PROCESSO Nº E-12/207/1380/2019 - AUTORIZO** a disposição do servidor **JOELSON DO VALE**, RG nº 59.192, ... Leia-se: **PROCESSO Nº E-12/207/1380/2019 - AUTORIZO** a disposição do servidor **JOELSON FERREIRA DO VALE**, RG nº 59.192, ...

PROCESSO Nº E-12/207/2586/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **OTHON MACHADO SANTA ROZA**, ID Funcional nº 32120745, do Quadro de Pessoal da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, para a Prefeitura Municipal de Niterói, com ênus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-31/005/400/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **ABDU NEME JORGE MAKHLUF NETO**, matrícula nº 00-0175270-8, do Quadro de Pessoal da Fundação da Infância e Adolescência - FIA/RJ, à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, com ênus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-03/006/1795/2019 - AUTORIZO a cessão do servidor **MARCELO VIEIRA DA SILVA**, Professor Docente II, ID Funcional nº 38136430, da Secretaria de Estado de Educação, para a Prefeitura Municipal de Niterói, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº E-26/005/2668/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 11 de setembro de 2019, página 7, 1ª coluna: Onde se lê: **AUTORIZO** a disposição da servidora **SIMONE DE OLIVEIRA**, Professor Docente II, ID Funcional nº 3931393-0, ... Leia-se: **AUTORIZO** a disposição da servidora **SIMONE DE OLIVEIRA**, Professor Docente II, e Professor Inspetor Escolar, ID Funcional nº 3931393-0, ...

PROCESSO Nº E-26/005/4337/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 28 de agosto de 2019, página 5, 2ª coluna: Onde se lê: **PROCESSO Nº E-26/005/4337/2019 - AUTORIZO** a ces-

são da servidora **CÁTIA REGINA DA SILVA SOARES**, Agente Administrativo, ...

Leia-se: **PROCESSO Nº E-26/005/4337/2019 - AUTORIZO** a cessão da servidora **THEMIS ALINE CALCAVECHIA DOS SANTOS**, Professor de Educação Superior, ID Funcional nº 4186648-7, ...

PROCESSO Nº E-17/004/164/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DE SANTANNA**, Engenheiro, ID Funcional nº 28755500, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEA, para a Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro - SUDERJ, com ênus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-03/029/560/2019 - AUTORIZO a disposição, por permuta, da servidora **MÔNICA DE SOUSA ALEXANDRE**, Professor Docente II, Vínculo I, ID Funcional nº 36666335, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, com a servidora **PATRICIA DE ASSIS LOUREDO RABELO**, Professor I, Matrícula nº 112151-2, da Prefeitura Municipal de Três Rios/RJ.

PROCESSO Nº E-12/207/1532/2019 - AUTORIZO a disposição do 2º SGT BM **ALEXANDRE SANTOS SOARES**, RG nº 26.950, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Defesa Civil, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete do Deputado **Marcio Pacheco**, pelo prazo de 02 (dois) anos e consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

PROCESSO Nº E-27/001/33/2019 - AUTORIZO a disposição do 1º SGT BM **ALEXANDRE RIBEIRO DOS SANTOS**, RG nº 18.186, 1º SGT BM **JOSE MARIA DE SOUZA PEREIRA**, RG nº 20.104 e 2º SGT BM **ANDRE DA COSTA RIBEIRO**, RG nº 31.634, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Defesa Civil, à Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

PROCESSO Nº E-12/001/52/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 11 de janeiro de 2019, página 10, 3ª coluna: Onde se lê: **AUTORIZO** a disposição do servidor estadual da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade **ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA**, ... Leia-se: **AUTORIZO** a disposição do servidor estadual do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade **ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA**, ...

PROCESSO Nº E-12/207/25/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **TIAGO NERY**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID Funcional nº 5003328-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, para ocupar o cargo de Assessor para Assuntos Internacionais na Fundação Oswaldo Cruz, com ênus para o órgão cessionário.

Id: 2210149

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 746 DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do Processo nº E-12/211/917/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PAULO CESAR DA SILVA BARBOSA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 28200047, **LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR**, ID 28225710 e **JORGE LUIZ ROSA DA SILVA**, Servente, ID 28226380, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2209780

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

**PORTARIA PRODERJ / PRE Nº 747
DE 16 DE SETEMBRO DE 2019**

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo nº E-12/211/916/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **Paulo Cesar da Silva Barbosa**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 28200047, **Luiz Henrique Pereira Schuwenk de Aguiar**, ID 28225710 e **Paulo Maurício Ribeiro Lima**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 8907234, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente do PRODERJ

Id: 2209784

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 748 DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do Processo nº E-12/211/945/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PAULO CESAR DA SILVA BARBOSA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 28200047,

LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR, ID 28225710 e **JORGE LUIZ ROSA DA SILVA**, Servente, ID 28226380, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2209789

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 749 DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do Processo nº E-12/211/917/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PAULO CESAR DA SILVA BARBOSA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 28200047, **LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR**, ID 28225710 e **PAULO MAURICIO RIBEIRO LIMA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID 8907234, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2209800

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 750 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo nº E-12/211/940/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PAULO CESAR DA SILVA BARBOSA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID nº 28200047, **LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR**, ID nº 28225710 e **JORGE LUIZ ROSA DA SILVA**, Servente, ID nº 28226380, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2209803

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 751 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE VISTORIA E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do Processo nº E-12/211/959/2019 e, de acordo com o disposto no artigo 75º do Decreto nº 46.223, de 24 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **PAULO CESAR DA SILVA BARBOSA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID nº 28200047, **LUIZ HENRIQUE PEREIRA SCHUWENK DE AGUIAR**, ID nº 28225710 e **PAULO MAURICIO RIBEIRO LIMA**, Técnico de Suporte, Computador e Processamento, ID nº 8907234, para, sob a presidência do primeiro, integrar a Comissão responsável pelo processo destinado à vistoria e baixa definitiva dos bens patrimoniais, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a contar da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2209806

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 11/09/2019

DESIGNA ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro C, como Presidente, **JOSE SERGIO MEIRELLES COSTA**, Agente de Saneamento I e **TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO**, Engenheiro B, como membros titulares e **CARLOS HENRIQUE MARQUES**, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente do Controle **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "AQUISIÇÃO DE CABO DE COBRE UNIPOLAR - SEÇÃO TRANSVERSAL 360MM2 - 8,7/15KV", de que trata o Processo nº E-07/100.249/2019. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.106-00/2019.

Id: 2209876

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA ATOS DO SECRETÁRIO DE 23.09.2019

REMOVED LUCIANO DE SOUZA RIBEIRO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 4322951-4, da Auditoria Fiscal-Regional - Capital 64.09, da Coordenadoria das Auditorias

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadora do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 098/2019, PARTES: DETRAN/RJ e INFOCUSWEB TECNOLOGIA E NEGÓCIOS S/A. **OBJETO:** Permitir a instalação de um canal de comunicação informatizada (websevice ou FTP) entre os sistemas do Cadastrante e da Cadastrela, em caráter precário e gratuito, a fim de coletar em tempo real os valores devidos pelos veículos de propriedade dos interessados em quitar tais débitos de forma parcelada ou à vista, mediante uso de cartão de crédito ou débito pessoal ou empresarial, com senha. A Cadastrela, aprovada a transação pelo emissor do cartão, pagará integralmente, na Instituição Financeira (centralizadora) autorizada a arrecadar para este Estado, com a quitação completa dos débitos de forma imediata. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **GESTOR:** Sergio Hungria de A. Albertos Júnior. **ID Funcional:** 5031613-3. **DATA DA ASSINATURA:** 20/09/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Resolução nº 619/2016. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/068/397/2019.**

Id: 2210033

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISOS

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 06/2019

PROCESSO Nº E-16/002.001.483/2019, com licitação prevista para o dia 21/10/2019 às 14:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento e áreas degradadas, alargamento e reforço, OAE's, OAC's, sinalização horizontal e vertical, construção de acostamentos nas Rodovias RJ-144 / RJ-158 / RJ-160, trecho Cantagalo - Carmo. **VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA:** 01/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 8a ROC - FUNDERJ - Eng.º Ângelo José de Castro Calvo.
TELEFONES: (22) 2555-5685 / 2555-4534.
ENDEREÇO: Rua Artur Nunes da Silva, nº 489 - Centro/Cantagalo.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 07/2019

PROCESSO Nº E-16/002.001.717/2019 com licitação prevista para o dia 22/10/2019 às 10:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento, alargamento e reforço, OAE's, OAC's, sinalização horizontal e vertical, construção de acostamentos e elaboração do PRAD na Rodovia RJ-182, trecho: RJ-178 (Carapebus), RJ 146 (Santa Maria Madalena) - extensão 70km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 02/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 7a ROC - FUNDERJ - Eng.º Hélio Luiz Pereira da Silva.
TELEFONES: (22) 2791-4153 / 2791-4036.
ENDEREÇO: Rua Têlo Barreto, nº 576 - Centro/Macacé.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 08/2019

PROCESSO Nº E-16/002.003.734/2019, com licitação prevista para o dia 22/10/2019 às 14:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento OAE's (Estudos para Recuperação e Melhorias), Melhorias da Sinalização horizontal e vertical, Recuperação e contenção de taludes, Implantação e melhorias do Sistema de Drenagem, Recuperação de Área degradada (PRAD), Recuperação das Áreas dos Túneis e do revestimento vegetal de segmento da RJ-165 e suas faixas de domínio, no trecho entre a BR-101 (Município de Angra dos Reis) e BR-116 (Município de Barra Mansa) extensão de 77,2km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 03/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 11a ROC - FUNDERJ - Eng.º Renato Alves Romero.
TELEFONES: (24) 2431-2516 / 2431-1249.
ENDEREÇO: Rua Capitão Manoel Torres, nº 321 - Centro/Pirai.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 09/2019

PROCESSO Nº E-16/002.003.807/2019, com licitação prevista para o dia 23/10/2019, às 10:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento, alargamento e reforço das OAE's. Sinalização horizontal e vertical, implantação e melhorias do Sistema de Drenagem, Recuperação de Área degradada (PRAD), na rodovia RJ-146, trecho: BR-116 (Município de Bom Jardim) a RJ 182 (Município de Santa Maria Madalena) extensão de 72,9km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 07/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 17a ROC - FUNDERJ - Eng.º Diogo De Oliveira da Silva.
TELEFONES: (22) 2561-3296 / 2561-3397.
ENDEREÇO: Praça Luiz Machado, nº 2 - Largo do Machado/Santa Maria Madalena.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 011/2019

PROCESSO Nº E-16/002.004.082/2019, com licitação prevista para o dia 23/10/2019, às 14:30 horas.

OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária para melhorias físicas e operacionais com restauração de pavimento, drenagem, reforço, implantação e alargamento da OAE's (pontes, viadutos, passarelas, etc), sinalização e passivos Ambientais (PRAD) dos segmentos da RJ-106, sendo eles: Trecho 1 - Entr. RJ-106/RJ-104 ao Entr. RJ-106/RJ-140 - 112,30km e Trecho 2 - Entr. RJ-106/RJ-102 a BR-101 (Macacé) - 74,20km, totalizando os dois segmentos a extensão de 186,50km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 09/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 9a ROC - FUNDERJ - Eng.º Mizael Puritya Filho.
TELEFONES: (22) 2665-4811 / 2665-4327.
ENDEREÇO: Rua Bernardo Vasconcelos, nº 665 - Centro/Araruama.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

PROCESSO Nº E-16/002/004652/2019, com licitação prevista para o dia 24/10/2019, às 10:30 horas
OBJETO: Serviços técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), de Contenção de Taludes e de Levantamento e Revisão de Drenagem (dos Taludes e da rodovia) de segmento da estrada "Contorno de Barra do Pirai" e suas faixas de domínio, no trecho entre a BR-393 e as rodovias municipais BPI 101 e BPI 102 (Município de Barra do Pirai) extensão de 3,8km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 09/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 12a ROC - FUNDERJ - Eng.º Alexandre Alonso Lima.
TELEFONES: (24) 2445-0111 / 2445-0106.
ENDEREÇO: Av. Vereador Chequer Elias, nº 1355 - Vila Helena/Barra do Pirai.

Id: 2209840

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

AVISO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PROCEDIMENTO DE
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PMI Nº001/2019
PROCESSO Nº E-12/207/2888/2019

O SECRETÁRIO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE e o Presidente da Comissão CONSULTIVA DO MARACANÃ tornam público o Chamamento Público PMI nº 001/2019, cujo objeto é o recebimento de estudos técnicos para modelagem do Projeto de Manutenção, Operação e Gestão do Complexo Maracanã. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.compras.rj.gov.br, no campo "Informações do SIGA". Para maiores esclarecimentos disponibilizamos o e-mail maracana@casacivil.rj.gov.br.

Id: 2210158

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTO

O SENHOR PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DR. EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA, comunica que se acham em pauta para julgamento em sessão pública, no dia 10 de outubro de 2019, às 13:00 h, (treze horas), no recinto do Plenário, à Av. Erasmo Braga nº 118, 10º andar, na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes processos:

RECURSO Nº 3.602/2018 - PROCESSO Nº E-01/065/92/2016
RECORRENTE: ARTUR PEREIRA DE OLIVEIRA
RELATOR: Cons.º Carlos Augusto Silva de Carvalho
REVISOR: Cons.º Cristiano de Oliveira Taveira
OBJETO: Acumulação de Cargos

RECURSO Nº 2.949/2012 - PROCESSO Nº E-03/10300622/2010
RECORRENTE: SARA CELESTE PEIKOTO MACHADO
ADVOGADO: Dra. Nize Maria Lima da Silva - OAB/RJ 26.857
RELATORA: Cons.º Renata Ferreira da Mota
REVISOR: Cons.º Cristiano de Oliveira Taveira
OBJETO: Acumulação de Cargos

Em continuação
RECURSO Nº 3.043/2013 - PROCESSO Nº E-01/54212/2008
RECORRENTE: CRISTIANE MARIA DA SILVA
ADVOGADO: Dr. Marcos Túlio Ferreira Santos Vieira - OAB/RJ 34.413
RELATOR: Cons.º Cristina Vinciprova dos Reis
REVISORA: Cons.º Renata Ferreira da Mota
OBJETO: Acumulação de Cargos

ATENÇÃO: É facultado aos Recorrentes, de acordo com os artigos 48, in fine, e 56, caput, ambos do Regimento Interno, publicado no D.O. de 09.02.83, pessoalmente ou por intermédio de representante legal, usarem da palavra, se pedida, em defesa de seus direitos, por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco, a critério da Presidência, ou apresentarem resumo por escrito dessa mesma defesa.

CRASERJ, 23 de setembro de 2019

EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA
Presidente

Id: 2209774

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 108/2019 (OSG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a JIT SERVIÇOS E COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA.
OBJETO: Aquisição de cabo de cobre unipolar - seção transversal 300 mm² - 8,715 kV.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR: R\$ 565.853,60 (quinhentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.249/2019 (Pregão Eletrônico nº 624/2019).

Id: 2209879

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 107/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI.
OBJETO: Inclusão de 14 (quatorze) veículos.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 1.748.269,04 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), correspondente a 7,470% (sete vírgula quatrocentos e setenta por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017).

Id: 2209877

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 126/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EPIC SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.
OBJETO: Inclusão de 01 (um) veículo.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 180.194,00 (cento e oitenta mil cento e noventa e quatro reais), correspondente a 14,826% (quatorze vírgula oitocentos e vinte e seis por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017).

Id: 2209878

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2019 - ADPR-3.
OBJETO: "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO A MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) E OUTRAS AFINS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA METROPOLITANA (DM)".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal da CEDAE, no endereço eletrônico <https://www.cedae.com.br/editais>, as Erratas nº 01 a 03, com as alterações efetuadas no edital do certame em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação permanece adida "sine die".

Id: 2209940

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 005/2019.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a Empresa Veloz Transito Transportes Ltda.
OBJETO: Prestação de serviço de locação com manutenção de 62 (sessenta e dois) veículos, tipo Hatch 1,6, sem fornecimento de combustível e sem fornecimento de motorista para atender as demandas desta Secretaria e a das Operações Barreira Fiscal e Segurança Presente.
PRAZO: 24 (vinte e quatro meses)
DATA DA ASSINATURA: 23/09/2019
VALOR: R\$ 2.107.008,00 (dois milhões, cento e sete mil e oito reais)
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.
PROCESSO Nº SEI-15/001/001481/2019.

Id: 2209963

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
E RELAÇÕES INSTITUCIONAISCONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA
DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 16h07min, no Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, Sala do Secretariado - 5º andar, os membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro reuniram-se, com base na Lei Complementar nº 184, de 27 de dezembro de 2018, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Aprovação do Regimento Interno do Conselho Deliberativo;** Aprovação do Regimento Interno do Conselho Consultivo; Apresentação dos nomes indicados para o Conselho Consultivo; Assuntos Gerais de Interesse da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com a palavra o senhor Presidente do Conselho Deliberativo, Governador Wilson Witzel, que após verificar o número legal declarou aberto os trabalhos e ressaltou a importância da nova lei acerca da Região Metropolitana, citando o seu artigo 3º, relativo às funções públicas, principalmente referente ao saneamento, tendo esse Conselho Deliberativo o poder concorrente e a ainda a situação da modelagem da concessão da CEDAE, com estimativa total de 37 bilhões de reais de investimentos e o quanto é importante a participação dos prefeitos nas reuniões. Ressaltou também acerca da Mobilidade Urbana e a não conectividade entre os modais de transporte e suas referidas concessões, e que desejamos integrar os modais alternativos, BRT Transbrasil e demais linhas de ônibus além da integração tarifária com implantação do Bilhete Único da RMRJ, com todos a serem realizados pela SETRANS pelo Estado, pelo Conselho Consultivo além das Secretarias Municipais de Transportes dos municípios da RMRJ, incluindo aí a situação da Rodoviária, integração do VLT, novas linhas das Barcas dentre outros, e que os recursos adidos das futuras concessões serão repassados ao Fundo Metropolitano que em deliberações do Conselho definiu sua utilização. Quanto ao Urbanismo citou sua importância que em 07/10/2019 será lançado na Rocinha o Programa Comunidade Cidade, com ações de saneamento e urbanização, com inclusive titulação de propriedades integrando a comunidade a cidade formal e reduzindo, portanto, a expansão urbana desenfreada. Após convidou o Assessor Especial, Alessandro Martello Panno, para secretariar a reunião. Aceito o convite o senhor Secretário fez a leitura da Ordem do Dia, retornando em seguida a palavra ao senhor Presidente. Em prosseguimento o senhor Presidente deu as boas-vindas aos presentes manifestando a importância desse momento histórico para a Governança Metropolitana do Rio de Janeiro como integrantes do Conselho Deliberativo. Após disse que a Procuradoria Geral do Estado exarou parecer onde os atos praticados na reunião realizada do Conselho Consultivo no dia 06 de junho de 2019 devem ser nulos, pois carecem de requisito de validade, uma vez que não houve a nomeação dos membros do Conselho Consultivo pelo Presidente do Conselho Deliberativo. Falou, ainda, que está prejudicada a Aprovação dos Regimentos Internos do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, portanto, conforme observado pela PGE, estão em desacordo com a Lei Complementar nº 184/18, sendo submetidos a aprovação na próxima sessão. Na sequência, o senhor Presidente apresentou os seguintes nomes indicados para compor o Conselho Consultivo da Região Metropolitana: JUAREZ FIALHO, Secretário das Cidades; ROBERTO MOTTA; Ass. Especial; BERNARDO SANTORO; Ass. Especial; AMARILDO SOARES, Vice-Prefeito de São Gonçalo; ANDRÉ BIANCHI, Sub-de Urbanismo de Quimadas; JOÃO LEAL, Ass. do Prefeito de Itaboraí; MARILIA RITZ, Sub de Planejamento de Niterói; EVANILDO BARRETO, Sec. de Desenvolvimento Econômico de São Gonçalo; MAURO OSÓRIO, Presidente do Instituto Pereira Passos; WALLECK CARNEIRO, Deputado Estadual; LUIZ PAULO CORREIA DA ROCHA, Deputado Estadual; VANDERLEI FAMILIA, Deputado Estadual; MARCIO PACHECO, Deputado Estadual; DR JAIRINHO, Vereador; JONES MOURA, Vereador; MARCELO PRADO WERMELINGER, Membro da Comissão de Urbanismo de Niterói; MARCOS ALEXANDRE PERES COSTA, Diretor Geral em Mesquita; LARTE ALVES DAS CHAGAS, Assessor em Mesquita; CARMEN ELIZA BASTOS DE CARVALHO, Membro do Ministério Público; RONALDO COLMEIRO, Defensoria Pública; LUIZ CÉSIO DE SOUZA CAETANO ALVES, Presidente do SINDISAL; CARLOS EDUARDO KAIUCA, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Nova Iguaçu; ALDO GONÇALVES, Presidente do CDL-RJ; CARLA PINHEIRO,